



## O ENSINO DA GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ANÁLISE DA METODOLOGIA APLICADA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL PROF.<sup>a</sup> COEMA SOUTO MAIOR NOGUEIRA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

## LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA Y EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: ANÁLISIS DE LA METODOLOGIA APLICADA A ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD AUDITIVA EN LA ENSEÑANZA PRIMARIA DE LA ESCUELA ESTATAL PROF<sup>a</sup> COEMA SOUTO MAIOR NOGUEIRA EN LA CIUDAD DE BOA VISTA / RR

Maria dos Dores Cardoso Pimentel<sup>1</sup>  
Rildo Dias da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação Especial como modalidade da educação escolar é organizada de modo que considere uma aproximação entre seus pressupostos e a prática pedagógica social da educação inclusiva. Nessa modalidade da educação, a escola é vista como um espaço que contribui para a democratização da sociedade, pois tende a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A geografia como disciplina escolar, vem somar nesse processo, pois trata da formação da cidadania, abordando assuntos relacionados à realidade do aluno. É preciso que o professor selecione e organize os conteúdos que sejam significativos e socialmente relevantes, fazendo se cumprir assim o objetivo do ensino da geografia. No caso dos alunos surdos a geografia deve ser repassada com possibilidades de trabalhos diferenciados, que auxiliam no avanço intelectual e social desse aluno. O presente trabalho faz uma análise da metodologia aplicada no ensino da geografia para alunos com deficiência auditiva do ensino fundamental da Escola Prof<sup>a</sup> Coema Souto Maior Nogueira na cidade de Boa Vista/RR. Para que o objetivo fosse alcançado foram feitos levantamentos bibliográficos e a aplicação de questionário para a professora de geografia da referida instituição. Todos os dados coletados foram analisados e interpretados, no qual verificou-se que as metodologias aplicadas pela professora no ensino da geografia, tais como suas estratégias, práticas e recursos, são voltadas mais para os alunos ouvintes, demonstrando que a educação especial e inclusiva ainda tem um grande caminho a ser percorrido, principalmente no que tange a estratégia de ensino dos educadores em relação aos alunos com necessidades de Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras-chave:** Ensino, Geografia, Educação Especial e Inclusiva, Surdos.

**RESUMEN:** La Educación Especial como modalidad de la educación escolar es organizada de modo que considere una aproximación entre sus presupostos y la práctica pedagógica social de la educación inclusiva. En esa modalidad de la educación, la escuela es vista como espacio que contribuye para la democratización de la sociedad, pues tende a formar ciudadanos consciente de sus directos y deberes. La geografía como disciplina escolar, viene somar en ese proceso, pues trata de la formación de la ciudadanía, abordando asuntos relacionados a la realidad del alumno. Es preciso que el profesor seleccione y organice los contenidos que sean significativos y socialmente relevantes, haciendo se cumplir asim el objetivo de ensino de geografía. En esse caso de los alumnos sordos la geografía deve ser repasada con posibilidades de trabajos diferenciados, que auxiliaran en el avanza intelectual y social de ese alumno. El presente trabajo hace una análise de la metodología aplicada en el ensino de geografía para alumnos con deficiencia auditiva del ensino fundamental de la Escuela Prof<sup>a</sup> Coema Souto Maior Nogueira en la ciudad de Boa Vista/RR. Para que el objetivo sea alcanzado fueron hechos levantamientos bibliográficos y aplicaciones de encuestas para la profesora de geografía de la referida institución. Todos los datos colectados fueron analizados e interpretados, el lo qual se verifico que las metodologías aplicadas por la profesora en la enzenanza de geografía, tales como sus estrategias, prácticas y recursos, son volvidas más para los alumnos ouvintes, demostrando que la educación especial e inclusiva todavia tiene un grande camino a ser percorrido, principalmente en lo que tange la estrategia de enseñanza de los educadores en relación a los alumnos con necesidades de Atendimento Educacional Especializado.

**Palabras clave:** Ensino, Geografía, Educación Especial e Inclusiva, Sordos.

1 mariadasdores.c.p@gmail.com.

2 Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Permanente do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Diretor de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Avaliador do Basis de Cursos de Graduação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). rildodisilva@ig.com.br



## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, os alunos com necessidades educacionais especiais tiveram sua aprendizagem escolar limitada a escolas especializadas. Mudanças significativas só começaram a acontecer a partir da promulgação da Lei n.9.394/96, mesmo tendo a Constituição Brasileira de 1988 estabelecendo que o atendimento especializado as pessoas com deficiência deveria ser feito preferencialmente na rede regular de ensino.

A Educação Especial como modalidade da educação escolar é organizada de modo que considere uma aproximação entre seus pressupostos e a prática pedagógica social da educação inclusiva, cumprindo dispositivos legais e político-filosófico presentes na Constituição Federal, no Plano Nacional de Educação, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Um dos grandes desafios da educação nos tempos atuais é garantir o acesso a conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive os com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que, a política de inclusão não consiste apenas na permanência física desses alunos juntos ao demais educandos, mas sim num processo de aprendizagem significativo e satisfatório.

Dentro da política de uma educação especial e inclusiva a escola é vista como um espaço que contribui para a democratização da sociedade, pois tende a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. E a geografia como disciplina escolar, vem somar nesse processo, pois trata da formação da cidadania, abordando assuntos relacionados à realidade do aluno.

No caso dos alunos surdos (Deficientes Auditivos) a geografia não deve ser repassada como uma matéria decorativa e

sim como possibilidades de trabalhos diferenciados, abordando temas culturais, que irão auxiliar no avanço intelectual, social e afetivo desse aluno. Para tanto, os profissionais de geografia devem apresentar atividades diversificadas que conciliem os conteúdos, fazendo uso de diversos materiais que favorecera a compreensão do aluno surdo.

A pesquisa procurou analisar a metodologia aplicada no ensino da geografia para alunos com deficiência auditiva do ensino fundamental da Escola Profª Coema Souto Maior Nogueira na cidade de Boa Vista/RR. É importante a determinação dos relacionamentos professor, aluno e escola, pois todos esses atores fazem com que a inclusão aconteça de forma equilibrada e eficiente. O empenho em se analisar a complexidade de estudos efetuados sobre a deficiência do aluno exige muita precisão para definição das diversas práticas de ensino e de técnicas a serem utilizadas com o aluno.

## O ENSINO DA GEOGRAFIA

A geografia é uma das ciências que teve e ainda tem seus conteúdos construídos em paralelo à evolução do conhecimento humano, sendo esta considerada uma ciência plural pelo fato de abordar diferentes correntes de pensamento que buscam compreender a relação do homem com o espaço geográfico.

O ensino da Geografia objetiva o espaço geográfico, sendo que este é uma construção teórica e ao mesmo tempo concebido e construído intelectualmente, e assim tornando uma ferramenta para analisar a realidade e as transformações ocorridas. No entanto o espaço geográfico é constituído por formas materiais visíveis, naturais e construídas pela sociedade através das relações que se estabelecem no espaço a partir do movimento de relações e inter-relações entre o homem e a natureza



(CASTROGIOVANNI, 2014).

Muitas vezes os conteúdos ensinados, principalmente na geografia escolar são caracterizados por um distanciamento da realidade cotidiana do aluno, fato que acaba contribuindo para uma aprendizagem mecânica, onde a apropriação do conhecimento geográfico ocorre por meio da análise teórica da disciplina e da interpretação de conceitos abstratos e neutros, que não possuem ligação com a realidade concreta da vida dos alunos.

Segundo Callai (2001 p.139) esses conceitos “são aspectos naturais e humanos do espaço geográfico, traduzidos em aulas sobre relevo, vegetação, clima, (...)”. Para que o ensino da geografia seja significativo, o professor mediador deve através da sua prática de ensino levar o aluno a compreender o mundo no qual ele está inserido.

Neste sentido o ensino da geografia deve trazer para o aluno conteúdos que vão além do caráter informativo, ou seja, conteúdos que os levem a pensar de forma crítica e eficiente sobre o que acontece à sua volta. Diante do exposto Castellar e Vilhena (2010, p.15) afirmam que:

Na educação geográfica, para obter a compreensão necessária do mundo, é importante formular hipóteses a partir de observações, para posteriormente comprovação e análise. O passo fundamental pra esses processo de análise é ter a prática científica articulada com o desenvolvimento teórico, ou seja, a dimensão da prática pedagógica e da epistemologia da ciência geográfica.

Já Azambuja & Callai (1999, p.189), ressaltam que “os conteúdos não deverão ser estudados apenas no seu caráter informativo, mas principalmente como meio formativo da capacidade de raciocínio geográfico, de interpretação dos fenômenos socioespaciais”.

O ensinar e aprender geografia podem está dentro do próprio contexto escolar, portanto, é importante que o professor reflita

sobre o que ensinar, como ensinar e para quem esta ensinando, tornando sua prática um elemento importante no processo de ensino da geografia, para que seus alunos possam compreender através das informações próximas a sua realidade que a geografia é uma disciplina que vai muito além da abordagem repetitiva e de memorização.

Dentro desse contexto o Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), visando auxiliar o professor no processo de ensino – aprendizagem, estando sua implantação relacionada ao propósito de apontar metas de qualidade que venham a ajudar o aluno a enfrentar o mundo atual, como um agente reflexivo e participativo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser considerados instrumentos de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na educação, que orientam as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, no desenvolvimento e na articulação de suas propostas pedagógicas (BRASIL, 1998).

A proposta imposta pelos parâmetros é oferecer instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Conhecer a organização do espaço geográfico é um dos instrumentos que norteiam o ensino da geografia, bem como o funcionamento da natureza e a ação do homem como agente transformador. Para que haja de fato essa intervenção social o professor precisa desenvolver seus conteúdos de forma conceitual e procedimental que possam influenciar nas atividades dos alunos.

O ensino da geografia deve levar alunos a compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente. Para que isso ocorra, o PCN apresenta no seu quadro de ensino da geografia métodos que irão



auxiliar o professor para que o mesmo possa atender as exigências fundamentais de seus alunos. De acordo com (BRASIL, 1998, p.29) o estudo da geografia “possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza (...)”.

Ainda de acordo como (BRASIL, 1998, p. 30) é fundamental que “a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua experiência”. É preciso que o professor selecione e organize os conteúdos que sejam significativos e socialmente relevantes no desenvolvimento do raciocínio geográfico, fazendo se cumprir assim o objetivo do ensino da geografia.

### **CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Antes de entendermos o que é a educação inclusiva, precisamos compreender o que é a educação especial. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu art. 58 do capítulo V, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A Educação Especial como modalidade da educação escolar é organizada de modo que considere uma aproximação entre seus pressupostos e a prática pedagógica social da educação inclusiva, cumprindo dispositivos legais e político-filosófico presentes na Constituição Federal, no Plano Nacional de Educação, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Esses dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de

modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, e em responsabilidades bem definidas para a sua operacionalização na realidade escolar (BRASIL, 2001).

Um dos grandes desafios da educação nos tempos atuais é garantir o acesso a conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive os com necessidades educacionais especiais. Para (BRASIL, 2001) são alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentam durante o processo de ensino – aprendizagem, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos; altas habilidades/superdotação; e aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.

São alunos que apresentam ritmos de aprendizagem diferenciada, manifestado comportamentos particulares, sendo necessários ajustamentos curriculares que o auxiliem no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, ou seja, são alunos que precisam de adaptações nas condições matérias de ensino.

A Educação Especial como modalidade de ensino deve assegurar um conjunto de recursos e serviços especiais organizados de forma que venha apoiar, complementar, suplementar ou até mesmo substituir os serviços comuns, de modo a garantir uma educação escolar que possa promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais.

De acordo com (BRASIL, 2001, p. 28) a política de inclusão dos alunos com



necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino “não consiste apenas na permanência física desses alunos juntos ao demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas”. Sendo assim, a escola deve torna-se um ambiente incluso de respeito e valorização da diversidade de seus alunos.

A educação inclusiva entra nesse processo como uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, trata-se, portanto, de uma educação voltada para todos, mais que ainda é um paradigma no cotidiano escolar brasileiro.

Os sistemas escolares devem assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns. Isto requer ações que garanta essa vaga, nem como a elaboração de projetos pedagógicos orientados pela política de inclusão, bem como recursos pedagógicos especiais (BRASIL, 2001).

Para Valle et all (2018, p. 23) o princípio da educação inclusiva é:

Um processo educacional que busca atender a criança com deficiência na escola ou na classe de ensino regular. Pra que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços da área de educação especial por meio de profissionais. A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado.

Dentro do contexto de uma Educação Especial e Inclusiva, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou os Parâmetros Curriculares Nacionais com adaptações curriculares, que visa buscar estratégias para a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Esse documento aponta uma diversidade existente na comunidade escolar que contempla uma ampla dimensão de características, estando às necessidades educacionais ligadas a diversas situações representativas de

dificuldades de aprendizagem.

As necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos: crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; crianças com deficiência e bem dotadas; crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1998, p. 23)

De fato a expressão necessidades educacionais especiais, não esta vinculada necessariamente à deficiência e sim a pessoas cujas necessidades estão associadas a sua elevada dificuldades ou capacidade de aprendizagem. Para (BRASIL, 1998, p. 23) esse termo surgiu para “evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc. – para referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, aos portadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais”.

Há de fato uma ampla diversidade de necessidades educacionais nas escolas, no entanto, a atual Política de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar.

Nessa perspectiva segundo (BRASIL, 1998, p. 24) define como aluno portador de necessidades especiais aquele que “... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas”.

Ainda de acordo com (BRASIL, 1998, p. 24):

A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional



especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a: portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; portadores de condutas típicas (problemas de conduta); e portadores de superdotação.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.**

O deficiente auditivo é aquele que teve uma perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Segundo (BRASIL, 1998, p. 25) a deficiência auditiva manifesta-se como:

Surdez leve / moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo; surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.

Sabe-se que ao longo da história as pessoas com deficiência auditiva, os chamados surdos vem enfrentando dificuldades no que se refere ao seu processo de inclusão na sociedade, principalmente no que diz respeito a sua linguagem.

Na Grécia os surdos eram considerados seres sem raciocínio. Na Idade Média eram tratados indignamente, muitas vezes apedrejados e condenados à morte, sendo o casamento entre surdos proibido pela Igreja Católica. Essa realidade começa a ter uma mudança na Idade Moderna com Pedro Ponce de Léon, um dos primeiros educadores dos surdos, cujo trabalho conseguiu na época, derrubar muitas crenças em relação à aprendizagem da pessoa com surdez. (DIAS, 2013)

Léon passa a ter resultados positivos na educação de surdos da nobreza, o que desperta o interesse do também educador Juan Pablo de Bonet quanto à metodologia empregada. Como consequência em 1620,

Bonet edita o primeiro livro sobre a educação de surdos, denominado “Redução das letras e arte de ensinar a falar os mudos”.

Segundo Dias (2013, p.89) “Bonet fez o uso do alfabeto digital e da forma escrita e da língua de sinais para ensinar a leitura dos surdos”, sendo este o mesmo modelo de aprendizagem de Léon que consistia na “utilização do alfabeto através da configuração de mão, ação didática que gera bastante controvérsia entre os demais estudiosos”.

Observando as metodologias aplicadas por Léon e Bonet percebe-se que as práticas da educação para os surdos contemplavam o ensino da oralidade e o uso de sinais. No entanto, o trabalho com os sinais só passa a ser priorizado com a inauguração da primeira escola pública para surdos no mundo.

O instituto Nacional dos Surdos- Mudos foi inaugurado na cidade de Paris pelo professor Charles de L’ Epée, que demonstrava certa preocupação com o ensinamento dos surdos. Para ele, os educadores deveriam aprender com eles, pois a língua de sinais traria resultados mais favoráveis, melhorando até mesmo a escrita do surdo. (DIAS, 2013).

O trabalho com sinais começou a ser realizado em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, havendo assim uma maior institucionalização da educação para surdos e como consequência cada vez mais escolas emergentes apresentavam características comuns.

No Brasil, a educação dos surdos segundo Dias (2013, p. 92) “tem início em 1857, quando o professor francês Hemest Huet, com a ajuda do Imperador D. Pedro II, cria o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente denominado INES”.

Com a criação do Instituto, os surdos passaram a contar com uma escola especializada no seu processo de ensino, o



que favoreceu a criação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que só foi de fato no final da década de 1990, através de movimentos pela inclusão, que ampliaram a legislação para assegurar direitos humanos de minorias.

Para Fernandes (2018, p. 27) “os Estudos Surdos em educação constituem-se como programas de pesquisa que denunciam todas as formas de opressão sofridas pela comunidade surda por mais de um século.” Ainda segundo a mesma autora, a educação bilíngue para surdos pode ser definida como “uma proposta educacional que compreende a utilização de duas línguas na comunicação e no ensino dos surdos: a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa na modalidade escrita”.

Percebe-se que houve um grande avanço no processo de inclusão da pessoa surda no mundo. No Brasil esse fato é notado com a criação do INES e com a oficialização da Libras, através de movimentos de difusão, mesmo assim a Libras continua tímida dentro do contexto escolar.

## **O ENSINO DA GEOGRAFIA E A METODOLOGIA APLICADA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL PROF<sup>a</sup> COEMA SOUTO MAIOR NOGUEIRA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR.**

Sabe-se que a escola é um espaço que contribui para a democratização da sociedade, pois tende a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e a geografia como disciplina escolar, vem somar nesse processo, pois trata da formação da cidadania abordando assuntos relacionados à realidade do aluno.

De acordo com Dias (2013) no ensino fundamental de 6º ao 9ºano, os alunos devem adotar conceitos geográficos mais aprofundados, principalmente sobre o espaço, lugar, paisagem e território,

oportunizando a construção de compreensões e explicações mais complexas sobre o dia a dia. No caso dos alunos surdos a geografia não deve ser repassada como uma matéria decorativa e sim como possibilidades de trabalhos diferenciados, abordando temas culturais, que iram auxiliar no avanço intelectual, social e afetivo desse aluno.

Ainda de acordo com Dias (2013) os profissionais de geografia devem apresentar atividades diversificadas que conciliem os conteúdos. Ademais, deve-se adotar uma abordagem educacional por meio do bilinguismo, que objetiva habilitar os surdos para o uso de duas línguas no cotidiano escolar e na sua vida social.

Dias (2013, p. 97) justifica que “essa abordagem corresponde melhor as necessidade dos surdos. Além de considerar sua língua natural, possibilita a integração na comunidade ouvinte e desenvolve um ambiente adequando ao ensino-aprendizagem”. Diante do exposto observa-se a figura do intérprete como algo fundamental nesse processo, pois ele será o elo entre o aluno e a comunidade escolar.

Há no ensino da geografia diversos materiais que o professor poderá utilizar no processo de ensino – aprendizagem que favorecera a compreensão do aluno surdo, tais como mapa, globos e filmes legendados. Castrogiovanni (2000) enfatiza que uma das práticas pedagógicas que podem auxiliar na compreensão do conteúdo pela pessoa surda é o trabalho com imagens em geografia, tendo em vista que a análise dessas imagens pode ajudar o aluno surdo a perceber a interferência do homem ou não e as mudanças ocorridas no tempo.

Com relação aos tipos de recursos didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, a professora afirmou não utilizar recursos específicos e sim os recursos que são trabalhados de forma geral, como quadro



branco e livro didático. A mesma, também afirmou trabalhar com Datashow, mapas geográficos, mapas mentais e globo terrestre, recursos particulares, adquiridos pela mesma, pois a escola não possui.

Sabe-se que é de suma importância a aplicação de recursos didáticos para que se tenha uma prática mais eficiente, que possa de fato promover o interesse e a curiosidade desses alunos em relação aos conteúdos geográficos. É importante a utilização de estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem desses alunos, tais como a utilização de recursos cartográficos, como cartas e plantas, que permitam a percepção visual de cores e símbolos.

Ainda de acordo com o depoimento da educadora, os alunos fazem atividades complementares na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), no entanto, os mesmos não dispõem do auxílio de um (a) professor (a) interprete, o que acaba influenciando na participação dos alunos nas suas aulas, pois os mesmos só participam parcialmente.

No que se refere, aos tipos de metodologias aplicadas no ensino da geografia, a professora afirmou fazer a mesma para todos, no caso, utilizando a sócio- interacionista, que tem haver um pouco com o construtivismo, além de trabalha-se muito na dimensão sociocultural dos alunos, com foco em atividades de grupos e na linguagem.

Há diversas formas de o professor (a) trabalhar os conteúdos geográficos com alunos surdos. As maquetes, por exemplo, o seu uso ou construção representam fenômenos reais em pequena escala. Portanto, quando elaborada, ela, estimulará a percepção e diferenciação de diversos conceitos. Como a geografia é uma disciplina que habilita os alunos para lidarem como espaço geográfico e suas transformações, é importante que o professor

(a) repense as metodologias empregadas em sala de aula, pois sempre deve-se considerar as potencialidades dos alunos, principalmente os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

Com relação à realização de cursos na área da Educação Especial e Inclusiva, a professora afirmou ter capacitação em Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista e capacitação na área de Deficiência Intelectual e Transtornos Globais, além de cursos de capacitação em Atendimento Educacional Especializado e outros, ficando notável a falta de capacitação da mesma em cursos relacionados à Deficiência Auditiva. Apesar da Libras ser difundida no nosso país, a educação bilíngue ainda é muito restritiva, principalmente em relação a professores não interprete que saibam utiliza-la. Assim, sua prática fica simplesmente na oralidade.

Quando indagada sobre o tipo de dificuldades encontradas no ensino da geografia para os discentes com deficiência auditiva, a mesma respondeu que a falta do professor (a) interprete é a que mais dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

De modo geral, os resultados revelam que as metodologias aplicadas pela professora no ensino da geografia, tais como suas estratégias, práticas e recursos, são voltadas mais para os alunos ouvintes, demonstrando que a educação especial e inclusiva ainda tem um grande caminho a ser percorrido, principalmente no que tange a estratégia de ensino dos educadores em relação aos alunos com necessidades de Atendimento Educacional Especializado.

## **METODOLOGIA**

A metodologia é um dos processos mais importante no desenvolvimento de um trabalho científico, justificando-se a partir de seu objetivo e de sua finalidade. Para Gil (2008, p. 17), “Pode-se definir pesquisa



como o procedimento racional sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professora Coema Souto Maior, situada na Av. São Sebastião nº 92, Bairro Tancredo Neves II na cidade de Boa Vista/Roraima. Inaugurada no dia 27 de março de 2002, a referida escola atende alunos do Ensino fundamental do 6º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos do terceiro segmento do 1º ao 3ºano. Com 855 alunos divididos em três turnos, a escola atende 12 alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), sendo que destes, dois (02) apresentam Deficiência Auditiva.

Com relação ao espaço físico, a escola apresenta 13 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 sala de orientação, 01 biblioteca, 01 sala multifuncional, 01 sala de leitura, 01 sala de coordenação pedagógica, 01 cantina, 01 copa, 01 quadra coberta, 01 sala dos professores, 01 secretaria, 01 sala de gestão, 04 banheiros e 01 refeitório.

De acordo com o objetivo desta pesquisa de analisar a metodologia aplicada no ensino da geografia para alunos com deficiência auditiva do ensino fundamental da Escola Profª Coema Souto Maior Nogueira, Gil (2008, p.42) a classifica como uma Pesquisa Descritiva que “têm por objetivo estudar as características de um grupo”.

Ainda segundo Gil (2008, p.42) “São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria”. Já Gonçalves, (2007, p.67) menciona que “[...] nsse tipo de pesquisa estão as que atualizam as características de um grupo social, nível de atendimento do sistema educacional, como também aquelas que pretendem descobrir a existência de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de estudo de campo, pois foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, buscando interpretar diversas formas de pensamentos sobre o tema trabalhado; e coletas de dados, visando identificar informações relacionadas à pesquisa.

Como se trata de uma pesquisa no âmbito educacional foi feita abordagens qualitativas e quantitativas, que segundo Gil (2008) o levantamento qualitativo pode ser definido como a busca de referencial teórico, nos quais os dados serão interpretados e utilizados na produção textual e o levantamento quantitativo define-se como coleta de informações numéricas para interpretação de dados, produção de tabelas ou gráficos.

Uma das formas mais usadas de investigação são os questionários que, segundo Chizzotti (2009, p. 55) consiste em

Um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

A investigação envolveu a aplicação de um questionário semiestruturado direcionado a professora de geografia do ensino fundamental da referida instituição, a fim de analisar a metodologia usada no ensino da geografia para os alunos com Deficiência Auditiva da referida escola. O questionário era composto por 08 perguntas abertas, dando a professora entrevistada total liberdade na formulação de sua resposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constata que, embora a sociedade tenha se despertado para a necessidade da incorporação de um movimento inclusivo de acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino regular, ainda há de fato um processo



de segregação desses alunos quanto às metodologias aplicadas no seu processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa demonstra que a professora de geografia da Escola Estadual Professora Coema Souto Maior Nogueira, faz uso de poucas estratégias e recursos didáticos direcionados aos alunos surdos, adotando uma prática voltada mais para os alunos ouvintes. Isso faz com que esses alunos acabem participando parcialmente das aulas de geografia, o que acarreta o desinteresse pela disciplina, ficando muitas vezes sua aprendizagem limitada ao acompanhamento complementar feito pelo (a) professor (a) da sala multifuncional.

É notório que, apesar dos órgãos oficiais que tratam da Educação Especial e Inclusiva disponibilizarem instrumentos para que os docentes modifiquem e programe novas práticas de ensino, tais como cursos, palestras e oficinas, muitos ainda são alheios quanto a reformulação de seus procedimentos metodológicos. Para que o aluno surdo consiga atingir de fato um processo de aprendizagem significativo, é necessário que a professora reveja suas práticas quanto às metodologias adotadas no ensino da geografia.

A pesquisa revela, ainda, dificuldades enfrentadas pela professora no que se refere: à contratação de interpretes de Libras para dar suporte à interligação entre professor e aluno na sala de aula; e a falta de recursos didáticos disponibilizados pela escola, tendo em vista que os poucos materiais utilizados em sala de aula que podem dar suporte a professora no ensino da geografia para o aluno surdo, tais como mapa, globo e Datashow, são particulares da professora.

Destaca-se também o interesse por parte da professora em buscar cursos relacionados à Educação Especial e Inclusiva, o que demonstra total interesse quanto ao atendimento educacional especializado. No

entanto, no que se refere a preparos metodológicos consideráveis para lidar com o aluno surdo, a professora ainda precisa apropriar-se de saberes voltado a uma prática bilíngue.

Percebe-se através da pesquisa, que a Educação Especial e Inclusiva ainda enfrenta muito entraves, principalmente quanto às metodologias usadas pelos professores em sala de aula. No que se refere ao ensino da geografia para alunos surdos, ainda há muitos desafios a serem solucionados sobre os saberes docentes, tendo em vista que, a escola regular pode não ser um ambiente linguístico efetivo para os surdos se apenas a língua portuguesa for utilizada nas aulas.

Dessa maneira espera-se que esse artigo sirva de base para estudos relacionados ao tema, contribuindo para reflexões acerca das metodologias usadas por professores no ensino da geografia para alunos surdos.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu & CALLAI, Helena Copetti. **A Licenciatura de Geografia e a Articulação com a Educação Básica**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCÄFFER, Neiva Otero & KAERCHER, Nestor André.(orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BRASIL, Congresso Nacional. 1996. **Lei 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF. Diário Oficial da União 134 n. 248, p. 27.833-27.841, 23. dez.1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica / Secretaria de Educação Especial – MEC:SEESP, 2001.**

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares**



**nacionais de geografia/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial.** Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino?** Revista Terra Livre, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia.** – São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção ideias em ação)

CASTROGIOVANNI, A.C. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. **Subir aos Sótãos para descobrir a Geografia.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 10ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

DIAS, Elayne Cristina Rocha. **Ensino de geografia para o Deficiente Auditivo: Estudo de caso da unidade escolar Matias Olímpio de Teresina- Piauí.** Revista do Plano Nacional de Professores da Educação Básica/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.1, n.1, p.80-106, jul./dez 2013.

FERNANDES, Sueli. **Língua Brasileira de Sinais – Libras.** – 1ª ed. – Curitiba: IESDE Brasil, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

VALLE, Bertha de Borja Reis do [ et al.].

**Fundamentos teóricos e metodológicos da educação especial e inclusiva.** 3ª ed. – Curitiba: IESDE, Brasil, 2018.



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TECNOLOGIAS COMPUTACIONAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

## FORMACIÓN DE PROFESORES Y TECNOLOGÍAS COMPUTACIONALES: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Rafael Garcia<sup>1</sup>  
Ana Paula Aporta<sup>2</sup>  
Fatima Elisabeth Denari<sup>3</sup>

**RESUMO:** Indicadores de titulação nacionais apontam para escassez na formação de professores de creche, por exemplo. No entanto, existem movimentos legais para utilização do modelo de Educação a Distância (EaD) para ampliar a formação de professores no País, sendo esta um recurso derivado de tecnologias computacionais. Sendo assim, têm-se como objetivos identificar quais os objetivos, procedimentos e principais resultados de artigos brasileiros publicados no uso de tecnologias computacionais para formação de professores. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura considerando todos os periódicos indexados na Plataforma de Periódico da Capes até a data de 2017. Os resultados obtidos indicaram 20 artigos, sendo de natureza Básicas e Aplicadas (divididas igualmente) e de objetivos Exploratórios e Descritivos. Os principais resultados apontados nos artigos indicam que tecnologias computacionais para formação de professores foram eficazes, ainda que na literatura pesquisada existam poucos materiais publicados. Por fim, conclui-se que pesquisas futuras devem melhorar a descrição metodológica sobre os procedimentos didáticos adotados nas formações e utilizarem descritores com maior alcance de pesquisa.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Tecnologias Computacionais. Revisão sistemática. Educação.

**RESUMEN:** Los indicadores nacionales de titulación apuntan a la escasez en la capacitación de profesores de guardería, por ejemplo. Pero que, existen medidas legales para usar el modelo de Educación a Distancia (DE) para expandir la educación (formación) docente en el país, tomando-la como siendo una posibilidad de tecnologías computacionales. Por lo que los objetivos son: identificar los objetivos, procedimientos y resultados principales de los artículos brasileños publicados en el uso de Tecnologías computacionales para la formación del profesorado. Se realizó una revisión sistemática de la literatura considerando todas las revistas indexadas en la Plataforma Periódica de Capes hasta 2017. Los resultados obtenidos indicaron 20 artículos, siendo objetivos básicos y aplicados (divididos en partes iguales) y exploratorios y descriptivos. Los principales resultados señalados en los artículos indican que las tecnologías computacionales para la formación docente fueron efectivas, aunque hay pocos materiales publicados en la literatura investigada. Finalmente, se concluye que la investigación futura debería mejorar la descripción metodológica de los procedimientos didáticos adoptados en la capacitación y mejores palabras clave con mayor abranjencia en la pesquisa.

**Palabras clave:** Formación del profesorado, Tecnologías Computacionales, Revisión sistemática, Educación.

1 rafael.garcia@ufr.br.

2 Universidade Federal de São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5714-7028>.

3 Universidade Federal de São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5674-3757>.